

**POSSESSIVOS DE TERCEIRA PESSOA NO *FLOS SANCTORUM*  
E NO PORTUGUÊS BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO**

**THIRD PERSON POSSESSIVES IN THE *FLOS SANCTORUM* AND  
IN CONTEMPORARY BRAZILIAN PORTUGUESE**

**Maria Aparecida Corrêa Ribeiro Torres Morais**

Professora Associada da Universidade de São Paulo, Brasil  
Doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil  
e-mail: torres.mariacida@gmail.com

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-1012-3795>

**DOI:**

<http://dx.doi.org/10.26512/hh.v7i14.26600>

Recebido em 19 de março de 2019

Aprovado em 6 de maio de 2019

**RESUMO:**

O estudo investiga a ocorrência de possessivos no *Flos Sanctorum* (século XIV) e no português brasileiro contemporâneo (PB), considerando a distribuição do pronome *seu* pré-nominal, na relação com outras estratégias de expressão da posse. Argumenta-se que a análise dessas estruturas é essencial para uma abordagem das propriedades inovadoras do PB, particularmente (i) a mudança do estatuto do pronome *seu*; (ii) a implementação das formas *dele(s)/ dela(s)*; a perda do pronome dativos de posse *lbe(s)*; o uso generalizado do possessivo nulo nas construções envolvendo posse inalienável.

**Palavras-Chave:** pronome possessivo; genitivo; português arcaico; *flos sanctorum*.

**ABSTRACT:**

The study examines the occurrence of possessive pronouns in the *Flos Sanctorum*, a document from the XIV century, considering the distribution of prenominal *seu*, as opposed to other strategies in the expression of possession. It is argued that the analysis of these structures is essential for an approach of the innovative properties of PB, particularly (i) the change in the grammatical status of the pronoun *seu*; (ii) the implementation of the forms *dele(s)/ dela(s)* (=of+3p+Masc/Fem+s/pl); the loss of possessive datives *lbe(s)*; the generalized use of the null possessive in constructions involving inalienable possession.

**Keywords:** possessive pronouns; genitives; Old Portuguese; *flos sanctorum*.

A discussão que se apresenta neste artigo está baseada em dois objetivos principais: o primeiro deles é descrever aspectos gramaticais do possessivo *seu* pré-nominal de 3ª pessoa, correlacionando a atuação dessa forma a outras estratégias pronominais na expressão da posse, tais como se manifestam no *Flos Sanctorum*, documento arcaico do século XIV.<sup>1</sup> O segundo objetivo é argumentar a favor da hipótese de que a perspectiva comparativa entre o português arcaico (PA) e o português brasileiro contemporâneo (PB) é fundamental para uma abordagem dos conhecidos desenvolvimentos históricos relacionados ao sistema possessivo do PB, a saber: (i) reanálise no estatuto pronominal do possessivo *seu* de 3ª pessoa; (ii) implementação das formas perifrásticas *dele(s)/dela(s)* no sistema possessivo; (iii) perda dos dativos de posse de 3ª pessoa *lhe/lhes*; (iv) uso generalizado do possessivo *nulo* nas construções de posse inalienável.<sup>2</sup>

Na realização desses objetivos duas limitações se colocam. A primeira delas se refere a uma dificuldade natural imposta pela natureza dos dados históricos. Enquanto no estudo do PB podemos contar com a intuição/competência linguística do falante sobre o estatuto gramatical ou agramatical de um determinado fenômeno, no estudo da documentação arcaica remanescente não se pode afirmar que uma propriedade gramatical ausente não estivesse presente na fala. A pergunta que se coloca de imediato é a seguinte: Seria a língua veiculada na escrita medieval uma representação da gramática dos falantes da época? Ou estaria ela distanciada dos usos estabelecidos nas situações normais de comunicação?

Mattos e Silva (1994, 2008) parte de uma observação interessante para tratar tais questionamentos: a documentação arcaica revela rica variação em diversas áreas da gramática. De fato, as primeiras gramáticas da língua portuguesa datam do século XVI: a de Fernão de Oliveira (1536) e a de João de Barros (1540). Com isso, o acervo documental remanescente,

---

<sup>1</sup> O termo *seu* abrange as variações de número e gênero que a forma apresenta no português.

<sup>2</sup> Os termos Português Arcaico e Português Brasileiro não definem uma realidade linguística homogênea, mas sim um conjunto de variedades já identificadas e descritas por inúmeros pesquisadores. As variáveis normalmente incluem população urbana *vs.* não urbana, populações isoladas *vs.* integradas, ao lado de outras de natureza social ou cultural, como grau de escolaridade, classe social, idade do falante. No caso do PB, destaco ainda a importância da variável língua falada *vs.* língua escrita, por serem ambas reveladoras de competências distintas do falante letrado.

anterior a essa data, não incluiria restrições possivelmente “normativas”. Segundo a autora, a ausência de um controle gramatical normativo faz com que a variação possa ser considerada um fato indicativo de usos da fala.

A segunda limitação refere-se ao fato de se tratar de um estudo que busca comparar duas gramáticas, a da fase arcaica e a do português brasileiro contemporâneo. Ora, essa perspectiva não nos permite traçar um percurso histórico propriamente dito, uma vez que desconsidera a existência de outras gramáticas: a do português clássico e a do português europeu moderno.

Antecipando as seções que compõem a estrutura do texto, apresento algumas características do documento arcaico escolhido. Como nos informa Machado Filho (2009), nas seções que compõem a sua edição, denominadas respectivamente *A história recuperável* (p. 20-25) e *Características gerais do documento* (p. 27-28), o *Flos Santorum* é um documento fragmentário, de caráter hagiográfico, escrito em pergaminho, paleograficamente datável do século XIV<sup>3</sup>. Trazido ao Brasil, em 1950, por Serafim da Silva Neto, juntamente com a versão mais antiga em português dos *Diálogos de São Gregório* e do *Livro das Aves*, integra, desde 1964, juntamente com os dois outros acima citados, o acervo da Seção de Obras Raras da Biblioteca Central da Universidade de Brasília. O *Flos Sanctorum* é hoje constituído de 81 folhas, sendo ainda controversa a origem de sua produção. No entanto, esse último aspecto, conforme assumido por Machado Filho, não constitui empecilho para o filólogo, na medida em que os indícios paleográficos patentes no documento revelam que se trata de uma cópia de outra versão desaparecida, escrita em linguagem, e não de uma cópia de um original latino. O autor nos oferece também uma leitura “interpretativa” da obra, com o intuito de colocar o texto ao alcance do estudioso pouco acostumado com a grafia do português arcaico, tornando-o, pois, mais acessível a um público menos especializado.

---

<sup>3</sup> Há anos, filólogos e linguistas portugueses e brasileiros têm vasculhado arquivos em busca da documentação medieval remanescente. A delimitação da denominada fase arcaica não é consensual, o que não deveria ser causa de nenhum constrangimento, uma vez que, à medida que novos documentos emergem, os contornos cronológicos naturalmente se modificam. Um exemplo disso são os achados de Martins (1999), os quais revelam que *Notícia de fiadores*, datado de 1175, deve ser considerado o mais antigo documento escrito em português. Para uma recente discussão sobre o limite inicial e final do português arcaico, cf. Mattos e Silva, 2008. Igualmente, para uma descrição das edições de textos do período arcaico, cf. Mattos e Silva (1999). E para reflexões sobre a periodização do português, veja-se Castro (2011): cap. III.

Em Torres Morais e Ribeiro (2014), afirmamos que a escolha do *Flos Sanctorum* como objeto de estudo levava em conta o caráter inédito, até aquele momento, das edições paleográfica e interpretativa realizadas por Machado Filho. Da mesma forma, o documento pareceu-nos relevante por ser ainda pouco explorado linguisticamente, em particular, no que se referia ao estudo do sistema dos pronomes possessivos de 3ª pessoa. A nossa expectativa era dialogar com outros estudos que trataram dos padrões possessivos arcaicos, numa perspectiva histórica e comparativa com padrões de variedades modernas do português, os quais têm sido foco de grande interesse na literatura recente (cf. entre vários outros, Mattos e Silva, 1989, 2008; Miguel, 2004; Castro, 2006; Menuzzi e Lobo, 2016; Torres Morais e Salles, 2016).

Por fim, é preciso ressaltar que, na abordagem da documentação arcaica, o termo prosa “literária” tem uma conotação mais ampla e inclui os textos narrativos ou religiosos, como o *Flos Sanctorum*. A literatura especializada considera que todos eles são textos originalmente escritos em português, ou traduzidos do latim e de outras línguas e, ao lado da documentação poética e notarial, representam fontes primárias para estudos do português arcaico. Na perspectiva de Mattos e Silva (2008), eles representam material para a abordagem da morfologia nominal e verbal e para um reconhecimento dos arranjos diversos das estruturas sentenciais. Ou seja, a variedade temática e a extensão que tais textos apresentam nos permitiriam entrever os recursos sintáticos e estilísticos disponíveis para o funcionamento efetivo da língua arcaica.<sup>4</sup>

Este artigo está estruturado da seguinte forma. A seção 2 traz uma apresentação do paradigma dos pronomes possessivos pré-nominais de 3ª pessoa *seu (s)*, *sa(s)* no *Flos Sanctorum*, focalizando as suas propriedades gramaticais e a natureza semântica dos antecedentes com os quais eles estabelecem relações anafóricas. Outras estratégias na realização da posse pronominal de 3ª pessoa são igualmente identificadas, a saber: (1) uso das formas perifrásticas

---

<sup>4</sup> Isso não significa colocar em segundo plano documentos de outra natureza. Assim é que em *Documentos Portugueses do Noroeste da Região de Lisboa. Da produção primitiva ao século XVI*, Martins (2001) apresenta uma primorosa edição de um conjunto de 218 textos não literários de caráter jurídico (documentos notariais), na sua maioria inéditos e, na sua quase totalidade produzidos entre meados do século XIII e meados do século XVI. Como a autora reconhece, tais documentos, diversificados ainda em seus propósitos, ofereceram-lhe um rico material para o estudo de um fenômeno da sintaxe histórica do português: a colocação dos pronomes clíticos. Da mesma forma, Clarinda de Azevedo Maia (1986), na obra *História do Galego Português*, afirma que o *corpus* notarial de caráter particular por ela editado, constituído de 136 documentos da Galiza e 32 documentos do Noroeste de Portugal foram fundamentais para o reconhecimento de traços particulares da evolução do galego em relação ao português.

*de+ele/ ela/ eles/elas*, em particular, na formação das estruturas de redobro *seu...dele*; (ii) uso do possessivo *nulo* na construção de posse inalienável; (iii) uso das formas *lhe/lhes* na expressão da posse externa dativa. A seção 3, por sua vez, apresenta o sistema possessivo em uso no PB falado, contrapondo-o ao PA, em dois aspectos inovativos. O primeiro deles é a reanálise do possessivo *seu* como forma pronominal para se referir à 2ª pessoa do discurso (*você*). O segundo se refere à sua atuação como forma anafórica de 3ª pessoa, condicionada por aspectos morfossintáticos e semânticos. A seção 3 ainda retoma e refina abordagens teóricas, em particular, Menuzzi 1996, 2003, com o objetivo de propor uma análise do possessivo *seu* no PB.<sup>13</sup> Adicionalmente, contemplam-se outros desenvolvimentos da gramática possessiva do PB, entre eles, o da perda dos clíticos dativos *lhe/lhes* de 3ª pessoa e sua substituição pelas formas genitivas preposicionadas. Reconhece-se ainda um aspecto conservador, instanciado no uso de um possessivo *nulo* nas construções de posse inalienável. Por fim, a seção 4 apresenta a conclusão do texto.

## 2. EXPRESSÃO DA POSSE DE 3ª PESSOA NO *FLOS SANTORUM*

Início esta seção com uma rápida introdução a respeito da interpretação dos pronomes possessivos no PB. Como se sabe, o possessivo simples de 3ª pessoa, *seu(s)*; *sua(s)* obtém uma interpretação dêitica, no contexto situacional, quando corresponde semanticamente à 2ª pessoa do discurso (*você*). A mesma forma estabelece relações anafóricas com o antecedente/possuidor de 3ª pessoa. Esse antecedente apresenta uma natureza semântica distinta, nos seguintes termos: se for uma expressão nominal que designa uma entidade particular no universo do discurso, é uma expressão referencial. Nesse caso, o pronome possessivo será semanticamente correferencial se denotar o mesmo indivíduo denotado pelo antecedente.<sup>5</sup> Por outro lado, quando o antecedente é uma expressão não referencial, como é o caso dos quantificadores (*cada, todo, ninguém, nenhum*), indefinidos e genéricos, o pronome possessivo receberá uma interpretação que depende da denotação do antecedente, ou seja, a interpretação de variável

---

<sup>5</sup> A literatura especializada considera como expressões referenciais típicas os pronomes pessoais, os nomes próprios e as expressões nominais introduzidas por artigos definidos e demonstrativos. No uso da linguagem, porém, a identificação de um referente como entidade única depende dos contextos, quer discursivo, quer situacional, nos quais o falante tem a intenção de o identificar e supõe que o ouvinte também o identifique. No entanto, é preciso lembrar que os pronomes (pessoais e possessivos) de 3ª pessoa podem ser dêiticos ou anafóricos em razão de não terem autonomia referencial, ou seja, conteúdo referencial inerente.

ligada. Vejamos os exemplos (1a -d):

- (1)
- a. O *Pedro* acha que a professora do *seu* filho é muito brava.
  - b. O *Pedro* acha que a professora do filho *dele* é muito brava.
  - c. *Cada professora* devia cuidar dos *seus* alunos.
  - d. *Pedro*, a professora acha que o *seu* filho está muito desobediente.

Em (1a) temos o que seria uma leitura correferencial do possessivo, uma vez que *Pedro* e *seu* tem o mesmo referente. A mesma leitura se obtém com a forma perifrástica (1b), já que uma mesma entidade é referida duas vezes por expressões distintas, nesse caso, *Pedro* e *dele*. Em (1c), porém, o possessivo *seus* tem obrigatoriamente uma leitura de variável ligada. A sua referência varia dependendo das entidades cobertas pela expressão quantificada *cada* que pode compreender a *Maria* e a *Ana*, ou seja, o possessivo anafórico vai se referir variavelmente a ambas. Em (1d) o possessivo *seu* tem uma interpretação dêitica de 2ª pessoa do singular, portanto, obrigatoriamente correferencial.

Como veremos, essas noções de natureza semântica, aliadas a outras de natureza morfossintática e sintática serão relevantes para o entendimento das mudanças que caracterizam o sistema possessivo do PB em relação ao PA.

## 2.1. AS FORMAS POSSESSIVAS SIMPLES NO PA

Vejamos a exposição das formas possessivas simples no PA, no Quadro 1 abaixo.

### QUADRO I - O paradigma dos pronomes possessivos no PA<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Quadro extraído de Mattos e Silva (2006). Exemplos renumerados e com legenda alterada.

POSSUIDOR REFERÊNCIA	UM		MAIS DE UM		
	Num. Gen.	Singular	Plural	Singular	Plural
1ª pessoa	m.	Meu	Meus	Nosso	Nossos
	f.	Ma ~ mha ~ minha	Mas ~ mhas ~ minhas	Nossa	Nossas
2ª pessoa	m.	Teu	Teus	Vosso	Vossos
	f.	Ta ~ tua	Tas ~ tuas	Vossa	Vossas
3ª pessoa		Sing.		Pl.	
	m.	Seu		Seus	
	f.	Sa ~ sua		Sas ~ suas	

Observe-se primeiramente que o paradigma engloba tanto os morfemas que expressam pessoa e número do possuidor (*m-, t-, s-, nos(s)-, vos(s)-*), como os morfemas que expressam as marcas de número (singular/plural) e gênero (masculino/feminino) do possuído. O paradigma revela ainda uma particularidade do possessivo *seu* amplamente reconhecida na documentação arcaica remanescente, a saber: na relação possuidor-possuído, *seu* expressa concordância de número e gênero com a coisa possuída. No entanto, a forma é subespecificada quanto à categoria número, não distinguindo entre o possuidor singular e o possuidor plural.

Torres Morais e Ribeiro (2014) notam que, no *Flos Sanctorum*, o possessivo *seu* foi exclusivamente usado na retomada do antecedente de 3ª pessoa, uma vez que a forma gramaticalizada “*Vossa Mercê*” ainda não fazia parte da gramática arcaica, tendo sido incorporada à língua por volta do século XV.<sup>7</sup> As construções com os possessivos *seu(s)* (para nomes-possuídos masculinos) e *sa(s)* (para nomes-possuídos femininos) são as mais frequentes. Em (2a-e) o possessivo *seu* é a forma usada para retomar antecedentes referenciais (em itálico). Observe-se ainda que a forma *seu* pode se referir a um possuidor único (cf. 2a-d) ou a vários possuidores (cf. 2e), embora sempre de 3ª pessoa.<sup>8</sup>

- (2) a. {F63rC1} E *el* foy-se pera o ermo e despendeu toda *sa* vida em muyta negligença, ca nem orava, nem guardava *seu* seço, nem fazia *sas* esteenças, nem chorava *seus* pecados, nem dos outros

<sup>7</sup> Para um estudo do percurso histórico do pronome “você” no português, cf. Faraco (1996).

<sup>8</sup> Os pronomes possessivos de 3ª pessoa diferem dos de 1ª e 2ª pessoas, os quais expressam morfologicamente, através de morfemas distintos, os traços de pessoa e número do possuidor, respectivamente o falante e o ouvinte. (Cf. Mattoso Camara 2007:121, para uma proposta que contempla a natureza substantiva (pronominal) e adjetiva dos possessivos, com base na concordância que se estabelece de um lado com o possuidor, de outro com o possuído).

pecadores, assi como ermitã e homem apartado do mundo devia a fazer.

b. {F54rC2}... e fez voto a Deus que naquel logar entraria *el* por monge pera servir a Deus e fazer enmenda dos *seus* pecados que havia feytos. Depos esto tornou-se pera *sa* casa e caeu logo em hũa enfermidade tã grande de que morreu. E os *seus* parentes e os *seus* amigos e os outros que o conhociam desasperavam de *sa* salvaçõ.

c. {F76rC1}... *a gloriosa virgem sancta Olalha* julgou os tortos e as desonras que fizeram ao *sen* servo em esta manera. Jazendo Leouegildo, princepe mao e cruevil de que suso falamos, hũa noyte dormindo em *sen* leyto, apareceu-lhi a gloriosa sancta Olalha e deu muytos açoutes em *sas* costas e disse-lhi:

d. {F37vC1}*E o sancto bispo* a que el esto contava deu grandes graças a Deus porque livrou os *seus* servos de tantos perigoos e mandou todo esto dizer a Claudio, governador da cidade...

e. {F31rC1}*E aveo* depois que *aquel nobre homem* de que suso falamos com *sa* molher viverom em castidade e em temor de Deus todo tempo de *sa* vida. E a cabo de pouco tempo foramse pera a gloria do parayso e todo *sen* patrimonio ficou a sam Paulo, bispo de Merida, de que suso falamos.

O possessivo *sen* igualmente retoma antecedentes quantificados (3a-c) e indefinidos (3d). Neste caso é interpretado como variável ligada.

(3) a. {F13rC2} Vymos em Thebayda huũ moesteiro de sancto Isidro de gram nomeada, cercado de muy gram muro assi que bem cabiam hi mil celas e ante *cada hũa cela* havia *sen* poço;

b. {F29rC2}*E deziam-lhi:*

– Cruével, porque diz a escritura: “cruével é *quem* nõ cura de *sa* fama”.

c. {F79vC2}*E o emperador* mandou fazer *a cada hũũ sa* arca douro em que possuem o corpo de cada *hũũ*.

d. {F81vC2}*E teendo-a ja pera soterrarem-na,* apareceu *hũũ homem* muy fremoso e viinha pelo deserto des contra a eigreja de sam Fijz. A *sa* cara esplandecia come o sol e as *sas* vestiduras eram tã brancas come a neve.

Para a 2ª pessoa, usam-se exclusivamente os possessivos *teu(s)*, *ta(s)* (possuidor no singular) ou *vosso(s)*, *vossa(s)* (possuidor plural ou de reverência), expressos igualmente na flexão verbal, como ilustram os exemplos em (4a-c):

- (4) a. {F67rC2} E o homem bo o lhi disse:  
 – Filho, torna-te sempre pera *ta* cela e trabalha sempre com *tas* mãos em boa obra e, depois que desto cansares, fazi *ta* oraçom. E todo *teu* cuydado sempre o pom em Deus...
- b. {F3vC2} – Filho, onde é este fedor que saay de *teu* corpo e onde sã aquestes vermeens de que é cheo *teu* leyto?
- c. {F48vC1} – E depois que hi entrey, ouvy que deziã na eigreja em hũa propheta Ysaías: “Lavade-vos, seede limphos, tolhede toda maldade de *vossas* almas e nã peresca ante os meus olhos, quidade ja de fazer nemiga e aprendede pera fazer bõas obras e eu vos perdoarey todos *vossos* pecados”.

## 2.2. A FORMA POSSESSIVA PREPOSICIONADA

O genitivo *dele* e suas variações morfológicas, por sua vez, ocorrem em contextos, tanto oblíquos, quanto genitivos, embora esses últimos casos sejam pouco produtivos, como ilustrado em (5a-b):

- (5) a. {F30rC1} E morando ali tantas foram as vertudes que em el crecerom que a fama *dele* veo ao princepe Leouegilde de que suso falamos.
- b. {F4rC2} E a nomeada *del* ya maravilhosamente per toda a terra.

Há coocorrência entre *seu(s)/sa(s)* e *dele(s)/dela(s)/del*, em um mesmo enunciado, para um mesmo referente/possuidor. Normalmente são todos casos de posse inalienável, englobando as relações de parentesco, partes do corpo, parte-todo, etc.

- (6) a. {F52rC1} E os *seus* cabelos eram tã brancos como podia seer hũa neve, mais o sembrante *del* era muyto espantoso
- b. {F51rC2} *O abade Scisio* seendo em *sa* cela sempre louvava *seu* Deus. E deziã os padres *dele* que no dia em que morreu, seendo eles derredor dele esplandeceu a *sa* face come o sol...
- c. {F2vC1} E eu nona podia conhocer, ca eram os olhos *dela*, pola grande esteença que fazia, muyto encovados. E todos *seus* ossos lhi poderiades contar.

### 2.3. A POSSE EXTERNA DATIVA NO PA

Um número significativo de línguas, incluindo as línguas românicas, instanciam na sua gramática um tipo particular de construção denominada “Construção de possuidor externo”, a qual representa uma exceção dentro do padrão usual de se conectar semântica e sintaxe na expressão dos relacionamentos possessivos. Na chamada posse externa, a relação possessiva entre o Sintagma Nominal (SN) possuidor e o Sintagma Nominal (SN) possuído não se realiza sintaticamente no interior do SN complexo, como em [SN a *sua* casa] ou [SN a casa *dele*]. Assim, embora o possuidor esteja semanticamente envolvido com o possuído, ele se comporta como argumento do verbo no nível frasal (cf. Vergnaud e Zubizarreta, 1992; Payne e Barshi 1999). Em (6a-b) temos exemplos da posse externa dativa no português. Em (6a) a entidade possuída *o carro* é objeto direto do verbo *lavar*, enquanto o possuidor é objeto indireto, morfologicamente realizado pelos clíticos dativos *lhe/lhes* de 3ª pessoa. Da mesma forma, em (6b-c) temos, respectivamente, a expressão da posse externa, com um verbo estativo, *admirar*, e um verbo dinâmico, *examinar*. O que diferencia as duas últimas sentenças é o fato de ambas instanciarem a relação de posse inalienável.<sup>9</sup>

- (7)
- a. O José lavou-*lhes* o carro. (lhes = deles/delas)
  - b. A Maria admira-*lhe* o talento musical. (lhe = dele/dela)
  - c. O médico examinou-*lhe* a garganta. (lhe = dele/dela)

Torres Morais e Ribeiro (2014) identificam as estruturas com clíticos de 3ª pessoa *lhe~lhi/lhes~lhis*, no *Flos Sanctorum* como casos claros de posse externa dativa na gramática arcaica. Algumas observações feitas pelas autoras a respeito do documento são suficientemente relevantes para serem aqui registradas: (i) os clíticos dativos são praticamente categóricos no contexto da posse inalienável, envolvendo partes do corpo, parentesco, propriedades abstratas, etc.; (ii) não há restrição quanto aos contextos verbais, ocorrendo a posse dativa com verbos transitivos dinâmicos (8a-c); verbos inacusativos (8d); verbos inergativos (8e-f); (iii) a variante genitiva envolvendo as formas *dele, deles, dela, delas* está praticamente ausente. Vale lembrar que

<sup>9</sup> Observe-se que os dativos *lhe/lhes* de 3ª pessoa não contêm informação sobre o gênero do seu antecedente.

os clíticos dativos *lbe/lbes*, assim como as formas perifrásticas realizadas pela preposição *de* + pronomes pessoais de 3ª pessoa *ele, ela, les, elas*, se assemelham na expressão dos traços de pessoa e número do possuidor, mas nenhum traço relacionado ao possuído.

- (8)
- a. {F68vC2} E pois fez sa oraçõ sobr'eles, lavou-*lhis* os pees... (=os pés deles)
  - b. {F5rC2} Quando el esto vio, começou a dar grandes vozes e, gemendo e chorando muy feramente, beyjava-*lbi* a cabeça e a barva...(=a cabeça dele)
  - c. {F74vC2} ...viinha o enmiigo e tomava-*lhis* as vestiduras dos logares em que as tiinham e pendorava-as do teyto daquela casa... (=as vestiduras deles)
  - d. {F3vC2} E depois a pouco tempo apodreceu-*lbi* a carne...e pola asperidoem da sogua secou-*xi-lbi* o corpo e entrou-*lbi* tanto a sogua pela carne que adur podia ja parecer. (lhi = dele)
  - e. {F14vC1} E porque foy ali pela voontade de Deus, assy foy açesa no seu amor que a maravilha *lbi* corriam dos olhos rios de lagrimas. (= dos olhos dela)
  - f. {F68rC2} E tanto *lbi* rugio aa orelha, ata que o trove consigo aa cidade em que morava seu padre. (=à orelha dele)

As autoras argumentam que os dativos de posse, por retomarem exclusivamente referentes de 3ª pessoa, e codificarem número (singular/plural) do possuidor, representam estratégias que contribuem para a baixa produtividade do possessivo *dele*, incluindo o redobro *seu...dele*, com apenas oito ocorrências no *Flos Sanctorum*. O exemplo (9a) é particularmente ilustrativo desse ponto: na presença de dois antecedentes, o *abade* e o *monge* a coocorrência de dativos e possessivos pré-nominais são fundamentais para a construção das relações anafóricas. O mesmo se observa no exemplo (9b), com a coocorrência de três antecedentes, neste caso, os *monges*, a *mulher* e o *marido*.

- (9)
- a. {F14vC2}E tanto que entrou deitou-se no astrago ante *seus* pees e abraçou-*lhos* e dava gemidos e chorava e apanhava da terra e deytava sobre *sa* cabeça e regava-*lbi* os pees com *sas* lagrimas, desy alimphava-*lhos* com *seus* cabelos dando vozes e dizendo...
  - b. {F51rC1} Entõ os monges veerom a aquel logar e demandarom por casa daqueles homeens e disserom aa mulher que *lhis* dissesse hu era *seu* marido. E ela disse que *seu* marido era ovelheyro e andava no monte apascando *sas* ovelhas e pero recebeu-os ambos em *sa* casa.

Foram também registrados alguns casos de variação no uso dos pronomes possessivos no interior da frase nominal, a saber, a forma preposicionada (10b), e a forma simples (10c), ao lado da posse genitiva nominal (10a):

- (10) a. {F74vC2}... tomava aquel enmiigo *os ossos das animalbas mortas* ....  
 b. {F24vC2} Quem poderia cuydar em nehña guysa que *osso delas* podesse chegar enteyro a fondo.  
 c. {F2vC1} E todos *seus ossos* lhi poderiades contar.

O uso do redobro *sen...dele* foi favorecido nos contextos em que houve uma relação de posse entre o possuidor plural e o possuído singular, ou entre dois ou mais referentes interpretados como possíveis antecedentes do pronome.

- (11) a. {F50vC1} Per este exemplo que se segue aparece que muytas cousas faz Deus polos *seus* servos sem *sa* voontade *deles*.

b. {F29vC2} E porque hi havia hña mulher viuva que havia nome Eusebia de boo logar e muy sancta e desejava muyto a veer aquele abade porque lhi disserom que era muy sancto, mandou-o rogar per *muytos bomens boos* que a visse. E porque ele nunca quis consentir a *seu rogo deles* que a visse, rogou ela ao prelado da eigreja de sancta Olalha...

Os exemplos em (11 a-b) confirmam que o uso do redobro *sen ... dele* foi favorecido nos contextos em que houve uma relação de posse entre possuidor plural e possuído singular, ou entre dois ou mais referentes interpretados como possíveis antecedentes do pronome. Ou seja, a ambiguidade se manifestou pelo fato de *sen* não codificar o traço de número do possuidor, mas apenas o traço de número (singular/plural) do possuído.<sup>10</sup>

<sup>10</sup> Torres Morais e Ribeiro (2014) afirmam que os dados do *Flos Sanctorum* corroboram Mattos e Silva (1989, 2008), na sua afirmação de que o redobro *sen...dele* configura uma estratégia para desambiguar o possuidor. Corroboam igualmente a afirmação de que a construção está restrita à 3ª pessoa. Castro (2006) sugere que a construção *sen... dele*, em que *sen* codifica traços de número do possuído, e *dele* os traços de número do possuidor seja a fonte do possessivo *dele*, como um pronome genitivo de 3ª pessoa, incluído no paradigma dos pronomes possessivos.

## 2.4. *SEU* POSSESSIVO *NULO* FONOLÓGICAMENTE

Como se sabe, a relação de posse entre dois constituintes envolve particularidades de natureza semântico-cognitiva, como as que se manifestam na chamada posse inalienável. A posse inalienável se identifica, normalmente, por uma relação envolvendo partes do corpo, relações de parentesco, parte-todo, embora possa se estender a objetos pessoais, como computador, celular, etc., e propriedades abstratas “inerentes”, como talento, beleza, coragem e outras.

No *Flos Sanctorum* foi possível identificar um outro tipo de construção de possuidor exteno, especializada na expressão da posse inerente. A construção se caracteriza por ter o antecedente/possuidor realizado sintaticamente como sujeito frasal, e semanticamente relacionado ao nome inalienável, núcleo do sintagma nominal (SN), obrigatoriamente definido, na função sintática de objeto direto (OD) (Exs.12a-b). Para esse tipo particular de construção, foi proposto um possuidor *nulo* (*cv*) gerado no interior do SN-OD, garantindo a associação com o nominal possuído.<sup>11</sup> Da mesma forma, a estrutura de posse externa expressa uma ligação sintática entre o possessivo nulo e o antecedente/possuidor, o qual envolve localidade e comando de constituintes.

- (12) a. {F52rC2} E pois que esto disse, estendeu *as mãos e os pees...* (= as suas mãos e os seus pés)  
 b. {F16vC2}... alçou *os olbos* ao ceo ... (=os seus olhos)

Nesses exemplos, o antecedente do possessivo *nulo* é um pronome referencial *nulo* de 3ª pessoa do singular (ele), realizado como sujeito frasal.

## 3. O SISTEMA POSSESSIVO DE 3ª PESSOA

### 3.1 A VARIAÇÃO *SEU* VS. *DELE* NO PB FALADO

<sup>11</sup> A sigla *cv* equivale ao termo “categoria vazia”.

Um dos fatos mais marcantes registrados na história recente do PB é o da alternância entre as formas possessivas *seu vs. dele* na expressão da 3ª pessoa. As abordagens a respeito desse fenômeno estão ancoradas em perspectivas teóricas distintas. No entanto, os pesquisadores parecem apresentar um ponto consensual: o embate entre as formas *seu* e *dele* teria sido ativado por rearranjos no paradigma dos pronomes pessoais, resultante da gramaticalização das forma *você* como pronome de 2ª pessoa semântica, embora gramaticalmente de 3ª pessoa, como expresso na concordância verbal. Vejamos primeiramente os quadros abaixo nos quais está exposto o sistema dos pronomes pessoais em uso no PB (Quadro 2), e o sistema dos pronomes possessivos, tanto na modalidade padrão (Quadro 3), quanto na modalidade coloquial (Quadro 4).<sup>12</sup>

QUADRO 2: Pronomes Pessoais no PB<sup>13</sup>

	1ª Pessoa	2ª Pessoa	3ª Pessoa
Sing:	eu	você	ele/ela
Pl:	nós/a gente	vocês	eles/elas

QUADRO 3: Sistema Possessivo no PB padrão

	1ª Pessoa	2ª Pessoa	3ª Pessoa
Sing:	meu	seu	dele/dela
Pl:	nosso	seu	deles/delas

QUADRO 4: Sistema possessivo no PB coloquial

<sup>12</sup> Cf. Perini (1995).

<sup>13</sup> O pronome pessoal *tu* de 2ª pessoa do singular ainda é usado regionalmente, sem ativar obrigatoriamente a concordância verbal.

	1ª Pessoa	2ª Pessoa	3ª Pessoa
Sing:	meu	teu/seu	dele/dela
Pl:	nosso/da gente	de vocês	deles/delas

Uma breve comparação entre os Quadros 3 e 4 e o Quadro 1, referente ao PA, revela, ao lado de uma notável simplificação das formas disponíveis, inovações marcantes no sistema dos possessivos (Quadro 2). A primeira inovação se refere ao uso da forma possessiva simples que, embora gramaticalmente de 3ª pessoa, passa a se referir semanticamente ao possuidor de 2ª pessoa. Note-se que essa particularidade revela uma variação decorrente da distinção entre os usos preconizados pela variedade padrão (Quadro 3) e os usos coloquiais (Quadro 4). Na variedade padrão, *seu* corresponde à 2ª pessoa (singular e plural). Na variedade coloquial, envolvendo situações de oralidade, *seu* coocorre com a forma *ten*, e tem um uso especializado na expressão da 2ª pessoa do singular. Por sua vez, a 2ª pessoa do plural é realizada pela forma perifrástica *de vocês*.

A segunda inovação do sistema possessivo refere-se à implementação das formas perifrásticas na retomada do antecedente de 3ª pessoa. De fato, a forma *dele*, tanto na variedade padrão, quanto na variedade coloquial é a forma para expressar a 3ª pessoa semântica.<sup>14</sup> No entanto, como veremos a seguir, a hipótese do desaparecimento de *seu* como forma gramatical de 3ª pessoa, exposta nos Quadros 2 e 3, encontra um obstáculo nos usos reais da língua. No cenário das discussões recentes, podemos destacar duas hipóteses.

A primeira hipótese supõe, como comentamos acima, uma *substituição de formas*: a variação *seu vs. dele* se resolve, na língua falada, pelo desaparecimento do possessivo *seu* de 3ª pessoa e implementação categórica da forma *dele* no paradigma possessivo. A forma *seu* corresponde unicamente à 2ª pessoa nocional (Cf. Silva, 1982, 1991, 1996; Perini, 1985; Cerqueira 1993; Castilho 2010, entre tantos outros).

A segunda hipótese supõe que a variação se resolve numa *especialização de formas*: os possessivos *seu* e *dele* não são equivalentes. Não há substituição de um pelo outro, mas uma

<sup>14</sup> Lembre-se de que os pronomes possessivos de 3ª pessoa concordam em gênero e número com o nome possuído no interior do SN (*o seu livro; a sua bola*).

especialização condicionada pela semântica do antecedente – *seu* é a forma com comportamento de variável ligada na retomada de antecedentes não referenciais, entre eles, quantificadores, genéricos, indefinidos, enquanto *dele* é a forma escolhida para retomar antecedentes referenciais e expressar a correferência (Cf. entre outros, Negrão e Müller 1996; Müller, 1997; 2003; Menuzzi 1996, 2003). Observemos os dados abaixo, extraídos de Müller (1997).<sup>15</sup>

- (13) a. “aquilo que a gente vê em filmes ou em fotografias: todo mundo ali á beira da calçada tomando seu chopes tomando sua cerveja ...” (NURC/SP-13: 63).  
b. “acho que a televisão brasileira ... irá encontrar seu caminho” (NURC/SP-255: 58.)  
c. “...foi a primeira peça que o Ziembinski apresentou em toda a vida dele na carreira dele ...” (NURC/SP-161: 58.).

Nos exemplos (13a-b), temos a atuação do possessivo *seu* para uma interpretação de variável ligada com antecedente quantificado *todo mundo* e expressão genérica *a televisão brasileira*. Em (13c), a forma *dele* é escolhida para uma leitura anafórica em que a expressão referencial *o Ziembinski* e o pronominal *dele* tem o mesmo referente.

Silva (1996) assume a hipótese da substituição de formas no tratamento dado ao uso das variantes *seu* e *dele* com base em *corpus* de fala do Rio de Janeiro. No entanto, a autora reconhece o condicionamento imposto pela natureza semântica do antecedente. Com isso, ele define um critério de referencialidade que vai dos ‘quantificadores totalmente gerais’ (*todos, cada, alguém*, etc.), passa por indefinidos e definidos não quantitativos, até os definidos plenamente referenciais.<sup>16</sup>

A hierarquia da referencialidade presente na distribuição de *seu vs. dele*, parece ser corroborada nos exemplos em (14a-e).<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> Os exemplos foram renumerados.

<sup>16</sup> Vale ressaltar que a autora detecta uma outra variável relevante: a que se estabelece entre o traço semântico [+animado] vs. [-animado], atuante nos contrastes entre sentenças como *O coração e suas válvulas* e *O mecânico e as válvulas dele*.

<sup>17</sup> Os exemplos em (14a-e) são adaptados de Menuzzi (2003a:136-4), com base na intuição linguística do autor. Os exemplos em (14f-h) são da minha própria intuição.

- (14) a. *Quem* esquece {*seu* livro / (?) \*o livro *dele*} em casa não quer estudar.  
 b. *Cada um* deve fazer {*sua* parte / (?) \*a parte *dele*}.  
 c. *Tudo o que é linguista* vive tentando publicar {*seus* artigos/os artigos *dele*} na *Linguistic Inquiry*.  
 d. *Muita atriz* não esconde que {*seu* principal mérito/o principal mérito *dela*} é ser bonita.  
 e. *A Maria* lavou {\*o *seu* banheiro/o banheiro *dela*} com detergente neutro.  
 f. O *José* pensa {\*na *sua* namorada/na *cv* namorada/na namorada *dele*} o dia todo.  
 g. O *João* quer ver {\*o *seu* filho/o *cv* filho/o filho *dele*} numa boa escola.

Com quantificadores do tipo *quem, cada um*, o possessivo *seu* é a escolha categórica em detrimento da forma *dele* (14a-b). Com sintagmas indefinidos (14c-d), *seu* e *dele* podem alternar. Finalmente, com antecedentes referenciais definidos, *seu* se torna altamente desfavorecido (14e-g). Observe-se ainda que (14f-g) são construções inalienáveis. Nesses contextos, o possessivo *nulo* parece ser a estratégia mais apropriada.

Vale destacar ainda que Menezzi (1996) tem restrições a respeito das hipóteses da substituição e especialização de formas. Ambas seriam muito fortes porque, embora contemplem o PB falado, desconsideram o fato de que, na língua escrita e fala formal, *seu* é ainda favorecido como forma anafórica na retomada do antecedente referencial. 29 De fato, ao fazer uma análise do romance *Agosto* de Rubem Fonseca, separando as passagens narrativas e discurso indireto, nas quais se mantém o ponto de vista do narrador, das passagens que ilustram discurso direto, ou seja, as que reproduzem os diálogos dos personagens, o autor obteve resultados quantitativos importantes: nos trechos narrativos, o percentual do possessivo *seu* atinge 94.5%. Ao contrário, nos trechos em que se reproduziu o discurso direto, *dele* é favorecido, atingindo o percentual de 85.4%, enquanto *seu* se refere à 2ª pessoa (90.8%).

Para o autor, não se trata de uma pressão normativa, embora essa sempre possa ocorrer. Ao contrário, o licenciamento do possessivo *seu* se dá sob condições discursivas apropriadas: (i) curta distância entre as sentenças; (ii) ausência de competição entre os possíveis antecedentes do anafórico; (iii) saliência do antecedente (tópico ou não tópico); (iv) antecedente e forma anafórica dentro da mesma unidade discursiva. Tais condições revelariam

uma competência discursiva/narrativa por parte do falante nativo do PB na construção das cadeias anafóricas envolvendo *seu* e *dele*.<sup>18</sup> Assim, considerando não apenas a língua falada (padrão e coloquial), mas igualmente os usos da língua escrita, concluímos que o Quadro 5 expressa de forma mais completa as formas possessivas em uso no PB.

QUADRO 5: Sistema possessivo do PB

	1ª Pessoa	2ª Pessoa	3ª Pessoa
Sing:	meu	teu/seu	seu/dele
Pl:	nosso/da gente	seu/de vocês	seu/deles

### 3.3. CONDIÇÕES SINTÁTICAS PARA A INTERPRETAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS ANAFÓRICAS

Observemos os exemplos em (15a-b).

- (15) a. [<sub>SN</sub> Cada orientando] defenderá [<sub>SN</sub> a sua hipótese] diante da banca.  
 b. \* [<sub>SN</sub> O supervisor de [<sub>SN</sub> cada orientando]] discutirá [<sub>SN</sub> a sua hipótese]

O contraste gramaticalidade *vs.* agramaticalidade dos exemplos (15a-b) revela que, embora *seu* favoreça a interpretação de variável ligada com antecedente quantificado, esse condicionamento semântico não é suficiente. A literatura especializada sobre o tema permite-nos reconhecer que a agramaticalidade de (15b) decorre de uma condição estrutural específica que rege a interpretação da variável ligada: a relação de c-comando, a qual pode ser

---

<sup>18</sup> Marangoni Jr. (2018) apresenta igualmente um estudo das ocorrências de *seu* e *dele* num conjunto de histórias infantis contemporâneas para crianças pequenas, obtendo o seguinte resultado: a forma *dele* é pouco utilizada, 19.1% das ocorrências, enquanto a forma *seu* é bastante produtiva, 81% das ocorrências, tanto na retomada de antecedentes referenciais, como não referenciais.

informalmente definida nos seguintes termos:<sup>19</sup> uma forma pronominal Y é interpretada como variável ligada a um antecedente X, se e somente se X c-comandar Y. Em (15a), o SN quantificado c-comanda o pronome *seu*, uma vez que ocupa uma posição estrutural mais elevada. Em (15b), porém, o SN quantificado está no interior de outro SN que c-comanda o possessivo, de modo que *seu* se refere a esse SN, *o supervisor de cada orientando*, e não ao SN *cada orientando*. Vejamos a seguir o que os exemplos (16a-c) podem nos revelar a respeito do licenciamento de *seu* com antecedente referencial:

- (16) a. O João encontrou a *sua* amiga na manifestação contra o foro privilegiado.  
b. A Maria vai preparar o *seu* almoço.  
c. Ela lava o *seu* banheiro todo os dias.

Naturalmente, qualquer falante do PB afirmaria que o uso da forma *seu* em sentenças como (16a-c) só seria possível se as mesmas forem realizadas numa situação enunciativa, na qual o ouvinte está envolvido. Ou seja, *seu* tem uma leitura dêitica, tendo como referente o ouvinte, independentemente de quem quer que ele seja. Para o estabelecimento de uma relação anafórica com antecedente referencial, a forma plena *dele* seria escolhida, em detrimento da forma *seu*. Menuzzi (1996, 2003) afirma que essa restrição no uso do possessivo *seu* evidencia que o aspecto inovativo do PB deve ser identificado nos seguintes termos: o possessivo *seu* tornou-se um anafórico de 3ª pessoa, apresentando as seguintes propriedades: (i) exigência de um antecedente linguístico; (ii) impossibilidade de interpretação dêitica de 3ª pessoa; (iii) restrição estrutural de c-comando e localidade; (iv) interpretação de variável ligada.<sup>33</sup> Nessa perspectiva, entende-se que, nas sentenças transitivas (16a-c), o possessivo *seu* não encontra as condições estruturais necessárias para a retomada do antecedente referencial. De fato, *seu* ocupa uma posição no interior do SN complemento do verbo, posição esta desfavorável em termos de localidade e c-comando para a formação de uma cadeia anafórica com o antecedente. Por ser uma forma ligada, *seu* não poderia também atuar como pronome pleno e expressar correferência.

---

<sup>19</sup> C-comando significa comando de constituintes. A definição clássica desse princípio foi proposta em Reinhart (1983). 32

O autor argumenta ainda que a alternância das formas pronominais *seu* e *ele* (*de+ele*) refletiria uma condição que ele define como *Economia Morfossintática das Variáveis Ligadas*: “Se uma língua dispõe de formas pronominais alternativas para uma determinada posição sintática, então a forma favorecida (ou exigida) para interpretação de variável ligada naquela posição é a forma “mais econômica morfossintaticamente” (Menuzzi 2003: 2012). 33 De fato, enquanto *seu* contém apenas informação a respeito da pessoa do antecedente/possuidor, *dele* acrescenta a essa informação, os traços de número e gênero.

### 3.3.2. A REPRESENTAÇÃO DA 3ª PESSOA E SUA CONSEQUÊNCIA NA COCORRÊNCIA DAS VARIANTES DO *SEU* POSSESSIVO.

Retomemos Menuzzi (1996, 2006) em sua afirmação de que a subespecificação dos traços de número e gênero da forma *seu* representa um fator importante para a sua interpretação como variável ligada. Da mesma forma retomemos a sua hipótese de que, no PB, o possessivo *seu* tornou-se um anafórico de 3ª pessoa, de modo que o desfavorecimento na retomada de antecedentes referenciais decorre de restrições estruturais na formação das dependências anafóricas, entre elas localidade e c-comando.

Em seguida, vejamos como pode ser feita uma avaliação dessas propostas à luz dos dados arcaicos. Começemos por uma constatação: nos dados extraídos do *Flos Sanctorum*, o possessivo *seu* apresentou a mesma estrutura de traços morfossintáticos que apresenta na fase moderna da língua, sem que isso tenha afetado o seu estatuto de possessivo exclusivo da 3ª pessoa, sem restrições semânticas em relação ao antecedente (cf. Quadro 1 e nota 9). Por sua vez, os pronomes dêiticos de 2ª pessoa, singular e plural, foram, respectivamente, os possessivos *teu* e *vosso*. Quanto ao possessivo *dele*, este apresentou um uso marginal, restringindo-se às estruturas de redobro *seu...dele*, em contextos altamente ambiguos.

Naturalmente, o uso inovador do possessivo *seu* como pronome dêitico para se referir à 2ª pessoa do singular, embora gramaticalmente de 3ª pessoa, uma vez que ativa a concordância verbal de 3ª pessoa (o *seu* livro *está* rasgado e não o *seu* livro *estás* rasgado), foi causada, como sabemos, por um outro desenvolvimento histórico: o rearranjo no paradigma dos pronomes pessoais com a gramaticalização da forma *você*. Vale lembrar que tal processo de gramaticalização levou alguns séculos para ser implementado e teve como causas diretas

fatores de natureza social e pragmática.

Quanto às inovações apresentadas pelo possessivo *seu* na retomada do antecedente de 3ª pessoa, a proposta que tenho em mente não se apoia nos fatores de natureza sintática e morfossintática, tais como formulados por Menuzzi, mas na seguinte conclusão: embora desfavorecido para a retomada do antecedente referencial, *seu* retoma antecedentes quantificados, genéricos, indefinidos e inanimados, todos eles expressões de 3ª pessoa. Portanto, diferentemente da fase arcaica, o possessivo *seu* ocorre em duas variantes no PB: a variante dêitica, na qual é um pronome semanticamente de 2ª pessoa, e a variante anafórica, na qual é semanticamente de 3ª pessoa. Naturalmente, ambas as variantes são gramaticalmente formas de 3ª pessoa.

O que assumo inicialmente é uma representação da 3ª pessoa com base nos traços morfossintáticos [+/-participante] e [+/-autor], em termos de Nevins (2007), e um refinamento desse sistema com a inclusão do traço [aproximativo], proposto em Pancheva e Zubizarreta (PeZ), 2017.<sup>20</sup> A assimetria entre argumentos de 1ª, 2ª pessoa e os argumentos de 3ª pessoas é codificada pela especificação do traço [participante]. Os dois argumentos participantes são, por sua vez, distinguidos pelo traço [+/-autor]. A distinção [+/-aproximativo] envolve unicamente a 3ª pessoa, uma vez que a 1ª e a 2ª pessoas são inerentemente marcadas com o traço. Segundo PeZ (2017), a noção de proximidade, como a que se expressa na 1ª, 2ª e 3ª pessoas, está relacionada à noção semântico/discursiva de centro da perspectiva.

Argumentos aproximativos são aqueles adequados para serem centros de perspectiva, ou seja, participantes no ato de fala, como é o caso da 1ª e 2ª pessoas. Os argumentos de 3ª pessoa podem ou não ser aproximativos, dependendo do contexto. Se o argumento de 3ª pessoa tiver o traço [+aproximativo], será gramaticalmente marcado como tendo uma perspectiva no evento descrito, ou por ter sido mencionado anteriormente no discurso, ou por representar a pessoa mais próxima do ponto de vista do falante/autor/narrador. Esse argumento aproximativo está associado com referencialidade e animacidade.

Com base nesse sistema de traços na representação da 3ª pessoa, proponho uma restrição na coocorrência de dois argumentos com o traço [+aproximativo] em contextos

---

<sup>20</sup> "Aproximate" em inglês.

delimitados. Vejamos como essa ideia pode dar conta do desfavorecimento da forma *seu* na retomada do antecedente referencial de 3ª pessoa no PB coloquial. Dada um determinado contexto enunciativo, a presença do traço inerente [aproximativo] do possessivo *seu* de 2ª pessoa, bloqueia a manifestação do mesmo traço na variante anafórica de 3ª pessoa. Com isso, a única alternativa é a representação de 3ª pessoa com a seguinte estrutura de traços [- aproximativo/ - participante/ -autor], condicionada para a retomada de antecedentes não referenciais, genéricos, inanimado e indefinidos, os quais não podem ser marcados como centro da perspectiva.

Acredito que essa abordagem envolvendo a hipótese de que as duas variantes de *seu*, a variante dêitica e a variante anafórica, não podem ambas ser [+proximate] num dado contexto anunciativo, dá conta não apenas das restrições que distinguem o PB falado e o escrito, como também está mais de acordo com o fato de que, na história do português, não houve alteração na representação morfossintática do possessivo *seu* de 3ª pessoa, uma vez que esse sempre apresentou subespecificação dos traços de número e gênero do seu antecedente.

### 3.4. A PERDA DA POSSE EXTERNA DATIVA NO PB

Na seção 2.3 foi afirmado que o documento arcaico analisado por Torres Morais e Ribeiro (2014) instanciava a construção de posse externa dativa. Recentemente, a pesquisa histórica constata que a gramática brasileira se afastou da gramática lusitana por apresentar queda percentual dos dativos de posse de 3ª pessoa, *lhe/lhes*, nas estruturas transitivas e inacusativas (Cf. Barros, 2006; Torres Morais, 2007; Torres Morais e Salles, 2016, 2018). Paralelamente, ocorre a implementação da posse genitiva. Portanto, em lugar dos dativos de posse temos as formas pronominais *ele, ela, eles, elas*, introduzidas pelas preposições *de*, marcadora de caso genitivo. A alternância dativa/genitiva está ilustrada em (17a-b):

- (17) a. O José lavou-*lhe* o carro. (*lhe*=da vizinha)  
b. O José lavou [<sub>SN</sub> o carro *dela*]. (*dela*=da vizinha)

No entanto, encontramos ainda a presença dos dativos de posse na língua escrita mais

formal, incluindo certas seções de jornais e revistas, textos religiosos, textos jurídicos e científicos e textos literários. Os exemplos (18a-b), extraídos do conto *Pai contra Mãe* de Machado de Assis ilustra o ponto.

- (18) a. A máscara fazia perder o vício aos escravos por lhes tapar a boca.  
b. Clara estendeu a mão ao marido como a amparar-lhe o ânimo.<sup>21</sup>

### 3.5 O POSSESSIVO NULO NO PB

Nas construções nas quais o antecedente (possuidor) é o sujeito frasal e o objeto inalienável é o complemento do verbo, continua atuante na gramática brasileira o licenciamento de um possessivo *nulo*, já encontrado no PA (cf. seção 2), em variação com as formas possessivas *seu* e *dele*, como exemplificado em (19a-c):

- (19) a. *Gisele* lavou [SN os cabelos *dela*] com xampu importado.  
b. *Gisele* lavou [SN (os) *seus* cabelos] com xampu importado.  
c. *Gisele* lavou [SN *cv* os cabelos] com xampu importado.

O que importa destacar nesse padrão é que, no PB coloquial, uma sentença como (19b) não é ambígua entre uma leitura ligada da expressão possessiva e a leitura não ligada. Nenhuma das duas leituras é permitida. No caso da leitura ligada, entra em ação a restrição imposta ao possessivo *seu* para a retomada do antecedente referencial de 3ª pessoa, nos moldes do que foi discutido anteriormente (cf. seções 3.3.1 e 3.3.2) Da mesma, forma *seu* não poderia se referir à pessoa de quem se fala (ele, ela), uma vez que a leitura correferencial ou dêitica é possível apenas para a variante *seu* de 2ª pessoa semântica, que se refere ao ouvinte. Restam, portanto, duas alternativas para a leitura ligada. Na primeira, o possessivo *dele* assume o campo da 3ª

---

<sup>21</sup> Com base em Kato (2005) e Kato, Cyrino e Correa (2009), pode-se afirmar que os clíticos dativos *lhe/lhes* de 3ª pessoa não mais pertencem à gramática nuclear do PB, estando restritos à língua escrita. Pode-se interpretar o seu uso como reflexo de um aspecto do conhecimento linguístico dos falantes letrados, ou seja, os dativos de posse são formas incorporadas na prática da leitura e escrita.

pessoa semântica (19a).<sup>22</sup> Na segunda, o possessivo *nulo* é a escolha para a leitura ligada, orientanda para o sujeito da frase, em condições sintáticas de localidade e c-comando obrigatório (19c).

## CONCLUSÃO

Na introdução deste texto foram destacados dois objetivos principais que nortearam a discussão sobre os possessivos de 3ª pessoa, numa perspectiva comparativa entre o PA e o PB. O primeiro deles visou a descrever aspectos gramaticais do possessivo *seu* pré-nominal de 3ª pessoa, correlacionando a atuação dessa forma a outras estratégias pronominais na expressão da posse, tais como se manifestam no *Flos Sanctorum*, documento arcaico do século XIV. O que a investigação do documento nos revelou é que os dados foram suficientemente robustos para permitir generalizações descritivas, entre elas a de que o possessivo *seu* arcaico é uma forma pronominal exclusiva da 3ª pessoa, apresentando a seguinte alternância interpretativa:

- 1) *Seu* variável ligada no escopo de antecedentes não referenciais;
- 2) *Seu* pronominal nas dependências anafóricas com antecedentes referenciais, expressando a correferência.

A entrada da forma *dele* na gramática arcaica da posse já é, porém, uma realidade, em particular, na formação do redobro *seu ... dele*, evitando a ambiguidade causada pela subespecificação dos traços de número da forma *seu*. Com isso, uma segunda possível generalização é a de que a expressão perifrástica tem um estatuto ambíguo entre uma forma genitiva e uma forma oblíqua. Por sua vez, a presença dos clíticos *lbe, lbes* de 3ª pessoa permite a formulação da seguinte hipótese: a construção de posse externa dativa inibe o avanço da forma *dele* na construção de posse interna genitiva. Por fim, a presença de um possuidor *nulo* no contexto da posse inalienável pode ser entendida como uma estratégia particular de posse externa, na qual o antecedente possuidor atua como sujeito frasal.

O segundo objetivo foi argumentar a favor da hipótese de que a perspectiva comparativa entre o PA e o PB seria fundamental para uma abordagem dos conhecidos desenvolvimentos históricos relacionados ao sistema possessivo do PB, a saber: (i) reanálise no

---

<sup>22</sup> No caso de (19a), *dele* pode ter uma leitura disjuntiva.

estatuto pronominal do possessivo *seu* de 3ª pessoa; (ii) implementação das formas perifrásticas *dele(s)/dela(s)* no sistema possessivo; (iii) perda dos dativos de posse de 3ª pessoa *lhe/lhes*; (iv) uso generalizado do possessivo *nulo* nas construções de posse inalienável.

Novamente, podemos afirmar que tal hipótese se confirmou, uma vez que nos permitiu assumir uma proposta inovadora para a reanálise do possessivo *seu* como um anafórico de 3ª pessoa no PB falado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, Manuel Said. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 7ª. edição. Rio de Janeiro, Edições Melhoramentos, 1971.

BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa; Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha*. Reprod. facsim., leit., introd. e anot. por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa, Faculdade de Letras, 1971.

BARROS, Ev'Ângela. Construções de posse com clítico no PB: percurso diacrônico. 261 f Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, 2006.

CASTILHO, Ataliba T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTRO, Ivo. *Introdução à História do Português*. Lisboa, Edições Colibri, 2011.

CERQUEIRA, Vicente. A forma genitiva “dele” e a categoria de concordância (AGR) no português brasileiro. In: ROBERTS, Ian e KATO Mary (eds.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, editora da UNICAMP, 1996, p. 129-161.

DIAS, Epiphânio da Silva. *Sintaxe Histórica Portuguesa*. Lisboa, Livraria Clássica Editora. 5ª edição, 1970.

FARACO, Carlos Alberto. O tratamento você em português: uma abordagem histórica. *Fragmenta* 13, 1996, p. 51-82.

GALVES, Charlotte. *Ensaio sobre as Gramáticas do Português*. Campinas, Editora UNICAMP, 2001.

GALVES, Charlotte. e ABAURRE, Bernadete (2002) Os Clíticos no Português Brasileiro: Elementos para uma Abordagem Sintático-Fonológica In: CASTILHO, Ataliba. T. de e

BASÍLIO, Margarida (eds). *Gramática do Português Falado*. Vol. IV Campinas, Editora da UNICAMP, p. 267-312.

KROCH, Anthony. Morphosyntactic Variation. In: BEALS, K. et al., (eds.) *Papers from the 30<sup>th</sup> Regional Meeting of the Chicago Linguistics Society: Parasession on Variation and Linguistic Theory*, 1994.

MACHADO FILHO, Américo V.L. *Um Flos sanctorum trecentista do português*. Brasília. Editora UnB, 2009.

MAIA, Clarinda de Azevedo. *História do Galego-Português: Estado Linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o Século XIII ao Século XVI* (com referência à situação do galego moderno). Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC), 1986.

MARANGONI, César Elídio Jr. *Estratégias Possessivas de 3<sup>a</sup> pessoa em histórias infantis contemporâneas*. Projeto de Iniciação Científica. FFLCH-DLCV-AFLP-USP. 2018.

MARTINS, Ana Maria. “Ainda ‘os mais antigos textos escritos em português’: documentos de 1175 a 1252”. In: FARIA, Isabel H. (org.) *Lindley Cintra: Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*. Lisboa: Cosmos e Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999, p. 491-534.

MATTOSO CAMARA Jr, Joaquim. *Estrutura da língua portuguesa*. 39<sup>a</sup>ed. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, [1970]2007.

MATTOS e SILVA Rosa Virgínia. *Estruturas Trecentistas*. Para uma Gramática do Português Arcaico. Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1989.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. *O Português Arcaico: Morfologia e Sintaxe*. São Paulo. Editora Contexto, 1994.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. V. 1. 1<sup>a</sup>. ed. São Paulo, Editora Contexto, 2006.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico*. Uma aproximação. Vol. I. *Léxico e Morfologia*. Lisboa. Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 2008.

MENUZZI, Sérgio. 3rd Person Possessives in Brazilian Portuguese: On the Syntax-Discourse Relation. In: S. Botley (ed.) *Proceedings of the Discourse Anaphora and Anaphora Resolution Colloquium*, Working Papers collection. Dept. of Linguistics of Lancaster University, UK, 1996.

MENUZZI, Sérgio. Sobre as opções anafóricas para antecedentes genéricos e para variáveis ligadas: comentários a Ana Muller. *Letras de Hoje*, v. 38. n 1. Porto Alegre, 2003a, p. 125-144.

MENUZZI, Sérgio. Escopo e “variáveis ligadas típicas” do português brasileiro. *Anais do 5<sup>o</sup> Encontro do Celsul*, Curitiba-PR., 2003b, 123-139.

- MÜLLER, Ana Lúcia. *A gramática das formas possessivas no português do Brasil*. 205 f. Tese de doutorado. UNICAMP, Campinas, 1997.
- MÜLLER, Ana. Lúcia. Pronomes e anáfora-o estado da arte. *Linha d' Água*, 16. 2003, p. 17-37.
- NEGRÃO, Esmeralda e MÜLLER, Ana Lúcia. As Mudanças no Sistema Pronominal Brasileiro; Substituição ou Especialização de Formas. *DELTA*, 12, 1996, p. 125-152.
- NEVINS, Andrew. The representation of third person and its consequences for person-case effects. *Natural Language and Linguistic Theory*. n. 25, 2007, p. 273-313.
- OLIVEIRA, Fernão de. *A Gramática da Linguagem Portuguesa*. Introdução, leitura atualizada e notas de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, [1536]1975.
- PANCHEVA, Roumyana e ZUBIZARRETA, María Luisa. The Person Case Constraint: The Syntactic Encoding of Perspective. *Natural Language and Linguistic Theory* . n. 36 (1), 2017, p. 1161-1204.
- PAYNE, Doris. L. & BARSHI Immanuel. External Possession: What, Where, How and Why. In PAYNE, Doris e BARSHI Immanuel (eds.). *External Possession*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 1999, p. 3-29.
- PERINI, Mário. A. O surgimento do sistema de possessivo do português coloquial: uma interpretação funcional. *DELTA*, São Paulo, v. 1 n.1/2, p. 1-15, 1985.
- SILVA, Gisele M. de O. *O. Estudo da Regularidade na Variação dos Possessivos no Português do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.
- SILVA, Gisele M. de O. Um caso de definitude. *Organon*, Porto Alegre, n.18, 1991, p. 90-108.
- SILVA, Gisele M. de O. Estertores da forma *seu* de terceira pessoa na língua oral. In SILVA, Gisele M. de O. e SCHERRE, M. Marta P. (Orgs.) *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 169-146.
- TORRES MORAIS, Maria Aparecida e SALLES, Heloísa M. Lima. Parametric change in the grammatical encoding of indirect objects in Brazilian Portuguese. *Probus*, n. 22, 2010, p. 181–209.
- TORRES MORAIS, Maria Aparecida e RIBEIRO, Ilza. Possessivos de 3ª pessoa: o português arcaico e o português brasileiro contemporâneo. *Filologia e Linguística Portuguesa*. 2014, p. 15-51.
- TORRES MORAIS, Maria Aparecida e SALLES, Heloísa M. Lima (2018) Possessivos de 3ª pessoa na história do português brasileiro. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary; GALVES, C.

ISSN 2318-1729

(orgs). *O português brasileiro. Uma segunda viagem diacrônica*. Campinas, Editora da UNICAMP (no prelo).

VERGNAUD, Jean Roger e ZUBIZARRETA Zubizarreta, Maria Luiza. The definite determiner and the Inalienable Constructions in French and English. *Linguistic Inquiry*. 23(4), (1992), p. 595-652.